



ASDEP
ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE
POLÍCIA DO RIO GRANDE DO SUL

Informativo - Maio de 2022.



ASDEP: 62 anos de lutas classistas



PRESENÇA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em busca da abertura de diálogo com o governo do Estado para tratar da recomposição das perdas inflacionárias, os dirigentes das entidades representativas da Polícia Civil e peritos criminais entregaram as demandas da área de segurança pública ao presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Valdeci Oliveira, ao líder do governo, deputado Frederico Antunes, líderes de bancadas e de partidos.

Integraram a Comissão de Delegados de Polícia o presidente da ASDEP, Fernando Soares, o vice-presidente José Weber, Rodrigo Machado Reis, Rodrigo Pohlmann Garcia, Cleiton Silvestre Munhoz de Freitas e Márcia Scherer, além dos dirigentes do SINPOL-RS, ACP/RS, UGEIRM e ACRIGS.

EXPEDIENTE

Redação e Edição: **Anelise Cáceres MTB 10280**
Projeto Gráfico: **Jamy - Estúdio de Design Gráfico**
Impressão: **ANS Gráfica**
Créditos fotográficos: **Arquivo ASDEP, Filipe Lederhos e Luiza Castro.**

FALE CONOSCO:
Rua Visconde de Inhaúma, 56 - Azenha
Porto Alegre - RS Cep: 90160-060
Telefone: (51) 3217-9999
(WhatsApp) Secretaria - (51) 99769-7250
www.asdep.com.br

Diretoria Executiva:

Presidente:
Fernando Edison Domingues Soares
Vice-Presidente:
José Carlos Weber
1º Vice-Presidente Administrativo:
Pedro Carlos Rodrigues
2ª Vice-Presidente Administrativo:
Mário Francisco Pereira Vargas de Souza
1º Vice-Presidente Financeiro:
Ajaribe Rocha Pinto
2ª Vice-Presidente Financeira:
Silvia Regina Cocco de Souza

MARCHA DA POLÍCIA



Organizada pelas entidades de classe da Polícia Civil, a Marcha da Polícia, realizada no dia 22 de março, reuniu milhares de servidores em uma caminhada do Palácio da Polícia até o Palácio Piratini em busca de uma abertura de diálogo com o governo do Estado. Mais de 5 mil policiais civis, policiais penais e peritos criminais ocuparam as ruas de Porto Alegre, mostrando à população que a diminuição dos índices de violência no Estado se deve ao trabalho de profissionais, que estão há mais de três anos sem nenhum tipo de reajuste salarial, e há sete anos sem reposição das perdas inflacionárias.



MOBILIZAÇÃO PELA REPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS

Durante três meses os dirigentes das entidades representativas da Polícia Civil percorreram os departamentos de Polícia e delegacias regionais dialogando com os servidores sobre os sete anos sem reposição das perdas inflacionárias – 27% abaixo dos subsídios pagos às demais carreiras jurídicas e 50,75% referente ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. Todos os presidentes das entidades se manifestaram de maneira unida e consolidada, exigindo respeito e valorização pelas carreiras policiais, homens e mulheres, os quais sempre trabalharam em defesa da sociedade gaúcha.

Na esteira desse movimento, a AS-DEP promoveu a reunião preparatória à Assembleia-Geral da entidade com seus dirigentes, conselheiros e representantes das 29 regionais do Estado. Logo após, no dia 7 de março, foi realizada a Assembleia-Geral da entidade,

em formato híbrido, com a participação de 303 delegados associados. Na pauta, a necessidade impositiva de correção dos subsídios dos policiais civis, referente aos sete anos de inflação desde o último reajuste concedido pelo Estado, em 2014.

Os associados aprovaram cinco encaminhamentos e a manutenção da Assembleia-Geral permanente enquanto perdurar a falta de resposta do Executivo aos pleitos da categoria, formalizados em diversos ofícios para tratar de recomposição salarial que corrija a atual defasagem em relação as outras carreiras jurídicas, nos termos estabelecidos pelo Estado.

Lamentavelmente, o Executivo se manteve irredutível e o reajuste ficou limitado a 6%, apesar de quase 25% de perdas inflacionárias apenas no período do atual Governo.



Em 2022 a ASDEP retomou a produção do seu informativo impresso, com periodicidade trimestral. Desta forma, convidamos nossos associados a contribuírem com suas produções intelectuais em formato de artigo. Para isso, solicitamos aos colaboradores que enviem seus

textos em Word, fonte Times New Roman 12 e até 2.500 caracteres para o e-mail: comunicacao@asdep.com.br. O envio de uma foto do autor (a) é opcional. Nesta edição, o artigo é do ex-presidente da ASDEP e Conselheiro Consultivo, Delegado Luiz França. Boa leitura!

PRECATÓRIOS EM UM ESTADO CALOTEIRO

Delegado Luiz Heitor Brigliano França

Precatório é um título obtido quando o Poder Judiciário reconhece uma dívida que o Estado tem para com o autor – pessoa física ou jurídica – em uma ação judicial transitada em julgado, ou seja, que não admite mais qualquer contestação. Usualmente, o Estado protela o quanto pode, levando o processo aos tribunais superiores, até que se tenha uma decisão irrecorrível. Não raro, pode levar muitos anos.

Quando isso acontece com qualquer pessoa que não o Estado, o credor pode propor medidas que assegurem o recebimento de seu crédito, como, por exemplo, a penhora de bens do devedor. Entretanto, quando o caloteiro é o Estado, a situação é diferente: o credor entra em uma fila e tem que aguardar indefinidamente, como vem acontecendo no Rio Grande do Sul.

É o caso, por exemplo, de ação proposta em 1996 pelos delegados de Polícia do RS. Após uma tramitação de mais de 11 anos, com o mérito resolvido em favor dos proponentes, as execuções de sentença puderam ser propostas. No entanto, também se discutiu judicialmente os valores devidos, o que levou mais uns dez anos. Finalmente, passaram a ser expedidos os precatórios. Porém, o Estado do Rio Grande do Sul possui uma dívida de aproximadamente R\$ 16 bilhões em precatórios não

pagos. Isso faz com que a “fila” dos titulares desses precatórios ande em passos lentíssimos, forçando a maioria a vender seus créditos com alto deságio, caso queiram usufruir de algum valor em vida.

Nos últimos anos surgiu uma novidade criativa: a legislação permitiu que o Estado ofereça aos credores uma oportunidade de abreviar essa espera, desde que aceite receber 60% do que lhe é devido. Desta forma, mesmo depois de ter seu direito negado; de ser obrigado a procurar os tribunais e esperar a lenta tramitação do seu processo; de ter que discutir por muitos anos o valor que lhe é devido, até a decisão final e irreversível da justiça chegar a um valor líquido e certo do que o Estado tem que pagar ao credor; ainda assim, é preciso se submeter a receber apenas 60%. Essa é a realidade para a maioria dos credores de precatórios no RS.

Até quando o Estado vai continuar aplicando o calote como estratégia de não pagar o que deve? Acredito que até termos um governo que tenha seriedade e competência para enfrentar esse passivo com propostas concretas e decentes de parcelamento, demonstrando que, de fato, existe a vontade de pagar o que deve, na medida em que é isso que se espera dos honestos, incluindo aí o próprio Estado.

CONSTRUINDO MEMÓRIAS

Em 26 abril de 1960 um grupo de colegas decidiu fundar a Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul, com a finalidade de defender os interesses da carreira. Constituída sobre valores éticos e democráticos, a ASDEP vem consolidando o respeito de toda a classe e da comunidade.

O começo foi modesto, em uma pequena casa de madeira, evoluindo ao longo dos anos, até chegar na atual sede, com 1500 metros quadrados de área construída, onde estão instaladas a administração, sala de estar, salão de jogos, restaurante, salão de festas, auditório para cem pessoas e um hotel de trânsito com 10 apartamentos modernos e com acessibilidade para seus associados e familiares.

Porém, mais do que possuir excelentes instalações, a sede da ASDEP é um símbolo moral para a classe. Representa o verdadeiro alicerce da esperança, onde podem e devem ser debatidos todos os assuntos de interesse da categoria, sempre buscando as melhores condições de trabalho e a valorização da carreira.



VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A partir da aprovação do Conselho Deliberativo para o projeto de modernização da sede e da revitalização do hotel de trânsito dos delegados, proposto pela atual gestão, deu-se início às obras de instalação dos elevadores e de reforma no hotel. As melhorias proporcionam mais conforto e acessibilidade aos associados e seus familiares. O hotel Ronaldo Molina de Quadros conta agora com mobiliário moderno em seus quartos e um elevador social.

Obra da instalação do elevador



ASDEP: há 62 anos valorizando a carreira de Delegado de Polícia

Neste ano, a ASDEP celebra seus 62 anos de fundação. Em sua trajetória de lutas por melhores condições de trabalho para os seus associados e de reconhecimento da carreira de Delegado(a) de Polícia como carreira jurídica, a ASDEP atuou fortemente pela valorização da categoria. Ao lon-

go desses anos, ocorreram importantes avanços legislativos, com consequentes melhorias na remuneração do cargo e na valorização dos seus integrantes. Como por exemplo, o reconhecimento da isonomia com as demais carreiras jurídicas na Constituição de 1988 e a implantação do

subsídio como forma de remuneração, assim como já ocorria com outras carreiras jurídicas do Estado, em 2012.

Desta forma, destacamos alguns fatos que marcaram a existência da entidade de classe dos Delegados de Polícia nessas seis décadas:

1960



FUNDAÇÃO

Em 26 de abril um grupo de 18 delegados fundaram a Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul (ASDEP-RS). Entre eles, o 1º presidente da entidade, Osmar Danilo Dom Braga. A ASDEP surge, então, com o objetivo de defender os direitos, vantagens e prerrogativas dos associados, além de colaborar com o Estado no estudo e solução de problemas relacionados à segurança pública.

1965

Delegado de Polícia preso pelo Exército CP 29/7/65

O delegado Wilde Pacheco, titular da Delegacia de Polícia de Taquara, foi preso ontem pelas autoridades militares. Segundo se apurou, o delegado Pacheco, há alguns dias atrás, ausou em flagrante, por remissão a um guarda de trânsito, um agente do Exército, restando-lhe a P.E. Diante do fato, as autoridades militares resolveram abrir inquérito, instaurando o delegado Pacheco para depor, no dia de ontem. Durante o depoimento, houve um desassandamento entre o policial e o oficial que dirigia o inquérito, o que determinou a prisão do primeiro e do guarda que o acompanhava.

NOTA OFICIAL DE PROTESTO DA ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS

Ontem, à noite, a Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul distribuiu a seguinte nota oficial:

— A Diretoria da Associação dos Delegados de Polícia do Rio

Considerando, outrossim, que a dever da ASDEP esclarecer a opinião pública acerca de fatos que envolvam seus associados, prestando-lhe informações exatas sobre o acontecimento,

RESOLVE traçar de público seu repúdio e desconformidade com o ato violento e ilegal rotulado como seu associado e Vice-presidente;

Resolve ainda convocar os Conselhos Permanente e Deliberativo para, em reunião conjunta, na data de hoje, às 20 horas, na sede da Associação, deliberar acerca de medidas e providências acatadoras.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1965. — Caio Brasil, presidente; Leônidas Reis, 2º vice-presidente; Cláudio Barbedo, secretário; Waldemário Meigar, tesoureiro

Nesse ano, em plena vigência do regime militar, houve um incidente envolvendo o responsável pelo Serviço de Plantão da Polícia Civil Delegado Wilde Pacheco, então vice presidente da ASDEP, o qual negou-se a liberar um oficial do exército que lhe fora apresentado preso. Na época, foi instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM) e, ao comparecer para depor, o Delegado Wilde Pacheco foi preso, motivando forte posicionamento por nota pública do então presidente da Associação, Delegado Caio Brasil, contra o ato de violência e ilegalidade. Wilde foi liberado, mas o incidente resultou na transferência “por necessidade de serviço” dos membros da diretoria para diferentes cidades do Interior, desarticulando a ASDEP durante

algum tempo. Porém, ali já se desenhava a legítima vocação da entidade: defender os interesses da categoria em qualquer situação.

1970

Aproveitando uma reunião na cidade de Caxias do Sul que contou com a presença de um grande número de delegados de polícia, a ASDEP foi “reativada”, com a designação de novos dirigentes que deram prosseguimento às atividades da entidade de classe.

1976



Iniciadas as obras da sede social, em terreno próprio localizado no mesmo endereço da sede atual. O empreendimento foi concluído em 1977. A partir daí, as reuniões de trabalho passaram a se desenvolver no local, com o surgimento do desejo intenso dos associados por posições mais firmes em defesa da carreira, além de medidas mais consistentes quando em jogo os interesses dos delegados de polícia.

1980

A Polícia se queixa de salários injustos

Nessa década, surge um movimento oposicionista - o “Reação e Coesão” - que planta um sentimento de independência em relação à administração policial para que a ASDEP passe a ser a principal ar-

ticuladora das reivindicações da categoria. O movimento é derrotado na eleição seguinte, mas assume como presidente da ASDEP o Delegado Caio Brasil, que deu início a um novo ciclo na história da Associação, passando a divulgar a real dimensão do cargo de delegado de polícia e a imprimir forte cunho reivindicatório, especialmente em relação à remuneração defasada em relação às demais carreiras jurídicas do Estado.

1987



Ingresso das primeiras três Delegadas de Polícia nos quadros da Polícia Civil, com o apoio de todos os delegados de polícia, preenchendo importante lacuna que havia na Instituição e trazendo para a ASDEP a indispensável contribuição feminina para o aprimoramento da carreira.

1988

Resultado de intenso trabalho de mobilização nacional dos delegados de polícia, com atuação destacada dos dirigentes da ASDEP, obteve-se a inserção da carreira na constituição federal de 1988, onde o art. 144, § 4º passou a atribuir aos delegados de polícia a direção das polícias civis, incumbindo-os das funções de polícia judiciária e apuração das infrações penais. Além disso, o art. 241 (original), definiu o direito dos delegados à isonomia de vencimentos com as demais carreiras jurídicas. Lamentavelmente, a EC 19/98 alterou o sistema remuneratório previsto originalmente no artigo 39 § 1º e, consequentemente, o artigo 241 original. Na mesma linha da Constituição Federal, o artigo 133 da Constituição Estadual de 1989 atribuiu a direção da Polícia Civil aos delegados de polícia de carreira e o § único estabeleceu que estes são autoridades policiais e que o cargo é privativo de bacharéis em Direito.

1990



O artigo 241 da Constituição Federal de 1988 continuava sem regulamento. Em todo país os delegados de polícia reivindicavam, sem êxito, a isonomia determinada pela Carta Magna. Graças ao empenho de toda a categoria, capitaneada pela direção da ASDEP, em 1992, o governador Alceu Colares atendeu o clamor dos delegados gaúchos regulamentando a matéria. O Rio Grande do Sul foi um dos poucos estados a regulamentar esse direito por lei estadual e, por consequência, onde a isonomia foi efetivamente implantada, ao menos até as alterações na Constituição Federal.

1995

Forçada pela tentativa de quebra do direito à isonomia recém conquistada, nova mobilização da categoria se fez necessária, novamente coordenada pela ASDEP, sob o comando do presidente José Carlos Weber, com a participação dos demais associados e da Chefia de Polícia. O Governo havia concedido aumento aos procuradores do Estado, sem que o mesmo ocorresse em relação aos delegados de Polícia, conforme determinava a Lei 9.696/92. Após árduo esforço político obtêm-se a correção da ilegalidade e a remuneração dos delegados volta a ser a mesma das demais carreiras jurídicas.

1997



As instalações físicas da entidade são ampliadas expressivamente, e Ronaldo Molina de Quadros, como tesoureiro, tem importante papel nesse período. São adquiridos terrenos adjacentes e construída a atual sede da ASDEP. Aquele rústico imóvel que serviu de primeira “casa” dos delegados de polícia transforma-se em uma grande sede social com mais de 2 mil metros quadrados, moderno auditório com cem lugares, salão de eventos para 250 pessoas, aconchegante galpão crioulo e hotel de trânsito com dez quartos duplos.

2006

Diferentemente do que era previsto para outras carreiras jurídicas, a legislação estadual estabelecia que o direito à gratificação para os delegados de polícia só se dava a partir do 31º dia. Isso inviabilizava, por exemplo, o recebimento em face de férias dos titulares. A partir de intenso trabalho político dos dirigentes e associados da ASDEP, obteve-se a alteração legislativa que corrigiu essa distorção.

2012



Fruto de importante mobilização e negociação política liderada pelo presidente Wilson Müller Rodrigues e diretoria da ASDEP e com a decisiva participação de todos os associados da entidade, os delegados de polícia passaram a ser remunerados por subsídios (Lei nº 14.072/12), os quais foram fixados em valores idênticos ao das demais carreiras jurídicas do estado, ainda que de maneira parcelada ao longo de seis anos (2013 a 2018).

2014

Mais uma vez sob a liderança de Wilson Muller Rodrigues, e tendo em vista que as demais carreiras jurídicas do Estado haviam obtido reajuste de seus subsídios, os delegados de polícia obtiveram novo realinhamento em sua remuneração, nos mesmos índices (Lei nº 14.455/14).

2016

Ingresso de ações judiciais institucionais, em nome de todos os associados da ASDEP, versando sobre demandas de interesse da categoria, entre as quais a busca pela observância do teto remuneratório previsto constitucionalmente, que não vinha sendo obedecido.

2021

Considerando a importância da representação classista em âmbito nacional, e atendendo ao convite recebido da ADEPOL do Brasil, a ASDEP filiou-se novamente à entidade, reforçando seu trabalho institucional de defesa das prerrogativas e direitos dos integrantes da carreira junto ao Congresso Nacional.

2022



A ASDEP organiza um movimento de todos os policiais civis em busca de recuperação das perdas inflacionárias dos subsídios de delegados e agentes da Polícia Civil, exercendo importante liderança e demonstrando união de forças com as demais entidades de classe dos policiais civis, em tudo aquilo que for de interesse comum, e à exceção de matérias em que haja conflito de interesses. Há, todavia, a consciência de ainda termos muitos desafios pela frente para elevar a carreira de Delegado de Polícia ao patamar que todos desejamos e que entendemos ser merecedores em face da responsabilidade e da essencialidade das nossas atribuições, servindo e protegendo a sociedade. No entanto, só conseguiremos atingir nossos propósitos com muita união classista em torno da nossa ASDEP, visto que nada foi obtido sem o esforço e a luta de cada um de nós, associados da ASDEP!

“São muitos, ainda, os desafios que se apresentam aos delegados de polícia. No entanto, só conseguiremos atingir nosso propósito com muita força classista.”

França, Luiz Heitor B. (2003)
ASDEP – Uma história de Luta Classista

DEPARTAMENTOS



Alusivo ao Dia Internacional da Mulher, o Departamento de Representação Feminina da ASDEP promoveu o Happy Hour das Delegadas, realizado na sede social. O evento de confraternização foi também um momento de valorização àquelas que desempenham inúmeros papéis diariamente.

O III Encontro Regional das Mulheres Policiais Civis do Norte do Estado também integrou as comemorações do mês da mulher. Representando a (ASDEP), a 2ª Vice-Presidente Financeira, Delegada Silvia Cocco, participou do evento que reuniu as quatro regionais de polícia de Erechim, Palmeira das Missões, Cruz Alta e Três Passos.



Páscoa Solidária

A Polícia Civil, através do DECA/DPGV e da 5ª DPD/DPR-PA/DPM, em parceria com a Brigada Militar, promoveu um evento de Páscoa para mais de cem crianças carentes na Lomba do Pinheiro, na Capital. A campanha solidária contou com a participação do canil do DENARC, os Buggies da Polícia Civil e, também, com os cavalos da Brigada Militar. A ASDEP, através do seu Departamento de Ações Sociais, foi uma das entidades apoiadoras do evento.



NOTAS

Posse do Chefe de Polícia do RS

O presidente da ASDEP, Delegado Fernando Soares, e o diretor consultivo, Delegado Luiz França, prestigiaram a posse do Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, Delegado Fábio Motta Lopes, e do Subchefe, Delegado Vladimir Peukert Urach, no dia 18 de abril. “Cumprimentamos a Chefia de Polícia pela nobre missão, desejando sucesso no comando da Polícia gaúcha”, ressaltou o presidente.



ASDEP lançará Prêmio Sócio-Escritor

A ASDEP lançará a 1ª edição do Prêmio Sócio-Escritor. A iniciativa visa estimular o trabalho intelectual dos (as) associados (as) da entidade através das suas obras já publicadas. Os sócios participantes serão agraciados com diploma e troféu no mês de junho, em solenidade na sede social. Mais informações como o regulamento e inscrições podem ser obtidas através do site www.asdep.com.br.

Liga de Integração das Carreiras Jurídicas

Realizado de abril a novembro, o torneio de futebol da Liga das Carreiras Jurídicas, composta por dez associações representativas, foi retomado neste ano. O evento anual ocorre desde 2014, mas estava suspenso devido às restrições da pandemia de Covid-19.



A ASDEP quer te ouvir! OUVIDORIA: (51) 9967.20543 | ouvidoria@asdep.com.br